

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais de consumo, compreendendo os seguintes itens: filtro de linha, lâmpadas de led, transformador elétrico, bandeira, bebedouro, cadeira fixa, computador, gabinete de computador, HD SAS, iPad, Lente para Câmera Canon, monitor, pedestal para microfone, placa de vídeo, tablet, tapete capacho e televisão, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco, de acordo ao constante neste termo.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação visa atender a distintas necessidades identificadas por diversas unidades da Casa Legislativa, devidamente justificadas nas respectivas requisições de contratação.

2.2. A consolidação dessas demandas em um único procedimento licitatório tem por objetivo assegurar a observância aos princípios da economicidade, eficiência e do planejamento nas contratações públicas, conforme preceituado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Essa estratégia permite a racionalização dos recursos públicos e a otimização dos processos administrativos.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E ESTIMATIVA DE VALORES

3.1. As especificações e quantidades estimadas para a presente contratação são as abaixo relacionadas.

GRUPO 1 - (menor preço por grupo)					
Item	Und.	Qnt.	Descrição	Valor unt.	Total por item
1	Und.	25	Filtro de linha. Tensão 127/220V, potência máxima de no mínimo 2.200VA, corrente máxima 20A, com mínimo de 5 tomadas padrão NBR14136, com chave on/off e led indicador, com fusível, com cabo de no mínimo 2 metros, corpo em plástico, cor preta.	R\$ 41,09	R\$ 1.027,25
2	Und.	15	Lâmpada de led tipo bulbo, potência mínima de 15w, bivolt, temperatura de cor superior a 6.000k.	R\$ 6,21	R\$ 93,15
3	Und.	40	Lâmpada de led tipo tubular T8, tamanho de 120cm de comprimento, potência mínima de 18w, bivolt, temperatura de cor mínima de 6.000k, fluxo luminoso mínimo de 1.800 lúmens.	R\$ 13,66	R\$ 546,40
4	Und.	40	Lâmpada de led tipo tubular T8, tamanho de 60cm de comprimento, potência mínima de 9w, bivolt, temperatura de cor mínima de 6.000k, fluxo luminoso	R\$ 12,57	R\$ 502,80



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

			mínimo de 850 lúmens.		
5	Und.	1	Transformador elétrico de voltagem, com entrada em 110V e saída em 220V, ou bivolt. Deve possuir potência mínima de 5.000 VA (3.000 W), com proteção incorporada contra sobrecarga e curto-circuito. As conexões devem ser feitas por meio de tomadas apropriadas para entrada e saída, devendo acompanhar: 1 (um) cabo de ligação, com ponteira macho de um lado e ponteira fêmea do outro; 1 (um) adaptador tipo H compatível. O equipamento deverá ser fornecido novo, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, devidamente embalado.	R\$ 330,96	R\$ 330,96
Total do grupo 1					R\$ 2.500,56

ITENS INDIVIDUALIZADOS - (menor preço por item)					
Item	Und.	Qty.	Descrição	Valor unt.	Total por item
6	Und.	6	Bandeiras oficiais do Brasil, do Estado do Paraná e do Município de Pato Branco/PR (2 (duas) de cada) confeccionada em tecido 100% polyester, nas dimensões de 112cm de altura X 160cm de comprimento, imagem frente e verso, para uso externo.	R\$ 107,33	R\$ 643,98
7	Und.	1	Bebedouro de água de mesa, elétrico, com refrigeração por meio de compressor (motor), com duas torneiras, uma para água natural, outra para água gelada, confeccionado em material plástico, com alimentação de água superior via garrafão (galão) de 20 litros, na cor branca, prata ou cinza, tensão 127V ou bivolt.	R\$ 641,83	R\$ 641,83
8	Und.	12	Cadeira fixa empilhável. Sem braços ou apoia-braços. Sem estofamento. Estrutura em aço com pintura eletrostática em epoxi pó na cor preta, com fechamento das extremidade em aço ou ponteiros de fechamento em polipropileno. Conjunto estrutural empilhável, podendo ser em tubo de aço oblongo ou redondo. Assento e encosto ergonômicos, com curvatura anatômica, em polipropileno injetado de alta resistência, na cor preta. A fixação do encosto no tubo de suporte do encosto deve ser por sistema de encaixe e fixado por sistema de trava injetada em poliamida com travamento no tubo de suporte do encosto sem a utilização de elementos de fixação por	R\$ 222,47	R\$ 2.669,64



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





			aparafusamento. Com 4 (quatro) apoios no piso, com ponteiros de fechamento de polipropileno, borracha ou semelhante. Deverá atender aos requisitos da NR 17 do Ministério do Trabalho e a ABNT NBR 13.962/2018.		
9	Und.	1	Computador desktop. Processador: x64 de no mínimo 8 núcleos (8 cores) e número mínimo de 16 threads. Frequência baseada em processador de no mínimo 4.2 GHz e cache de no mínimo 24MB (com dissipador e cooler adequados); AM5; VGA Integrado. (Marcas/modelos de referência do processador: AMD Ryzen 7 8700G). Placa mãe: Arquitetura de memória: Dual Channel; Memória 2 x DDR5, Velocidade mínima de barramento 4800 MHz, compatível com o processador; Saída de Vídeo: 1x HDMI, 1x VGA; Portas USB 5Gbps tipo A: 4. Portas USB 2.0: 2; Armazenamento: 1 x M.2 PCIe 4.0 x4, suporte dispositivos de armazenamento no formato 2260/2280 (PCIe 3.0 x4 & modo SATA); Porta(s) SATA III 6Gb/s: 4; Porta RJ45 100/1000 Mb/s, padrão Ethernet. (Marcas/Modelos de referência da placa mãe: MSI B650M-B). Memória: 32GB (2x16) DDR5 com no mínimo 5600MHz; Armazenamento: 1 unidade SSD formato M.2 2280 de 1TB, PCIe NVMe; com leitura: 6000MBs e gravação: 4000MBs. (Marcas/modelos de referência: SSD Kingston NV3). Fonte de Alimentação: com regulador de tensão manual entre 100/240V; Potência de 600W; Classificação mínima: 80 Plus White; com conectores para suportar a configuração dos periféricos. Gabinete Mid Tower: Placa mãe suportada: ATX; Entradas: USB 3.0: 1, USB 2.0: 2; Baías: 3,5": 2, 2,5": 2; Ventoinhas frontais incluídas: 3 de 120mm; Dimensões do gabinete: 385x198x403mm (com variação de +/-25mm). Sem sistema operacional.	R\$ 5.423,66	R\$ 5.423,66
10	Und.	2	Defletor de ar para condicionador de ar do tipo split hi-wall, confeccionado em acrílico cristal de transparente, com espessura mínima de 3 mm, resistente a impactos e deformações. Comprimento compatível com evaporadora de 90 cm, com mínimo de 85 cm de largura útil, garantindo cobertura total da saída de ar. Instalação sem a necessidade de furos no aparelho de ar condicionado ou paredes, devendo ser fixado por sistema de pressão, fitas adesivas de alta resistência ou suportes removíveis.	R\$ 211,65	R\$ 423,30





11	Und.	1	Gabinete Mid Tower. Fator de forma (Placas mãe compatíveis): ATX / Micro ATX / Mini ITX. Materiais: SPCC e Vidro temperado. PCI Slots: 7. Baías: 3x 2.5" (SSD), 1x 3.5" (HDD). Fans instalados: Frontal - 140mm x 3, Superior - 120mm x 2, Traseira - 120mm x 1. Comprimento máximo VGA: Até 305mm de comprimento Altura máxima CPU Cooler: Até 160mm de altura. Comprimento máximo PSU: Até 160mm de comprimento (ATX) Painel frontal: 2x USB 2.0, 1x USB 3.0, 1x Audio, 1x Microfone, 1x Botão power, 1x Botão led, 1x Botão reset. Dimensões: 370 (C) x 210 (L) x 480mm (A). Cor: Preto. Marca/Modelo de referência: Montech X3 MESH.	R\$ 478,74	R\$ 478,74
12	Und.	2	HD SAS 600GB 15K RPM HOT SWAP (P/N: 9FN066-150), para servidor DELL POWEREDGE R420, SERVICE TAG: CM99Y02, EXPRESS SERVICE TAG: 27467224418, DATA: 07/11/2014 (para este item somente serão aceitos produtos Dell).	R\$ 1.499,33	R\$ 2.998,66
13	Und.	2	iPad, 10ª geração ou superior, mínimo de 64gb, com Wi-Fi, tela de 10.9". Novo, de primeiro uso. Original da marca Apple (para este item somente serão aceitos produtos Apple).	R\$ 4.678,48	R\$ 9.356,96
14	Und.	1	Lente Canon EF 24-105mm f/4L IS II USM. Acompanhada de estojo para guarda e transporte. Nova, de primeiro uso, original da marca Canon (para este item somente serão aceitos produtos Canon).	R\$ 10.367,03	R\$ 10.367,03
15	Und.	15	Monitor Pivotante. Cor preta. Com ajuste: de altura e de rotação. Tamanho da tela (Polegadas): 21,5 ou superior. Tensão: Bivolt. Cor: Preto. Tipo de tela: IPS LED. Resolução máxima: Full HD 1920x1080 @60Hz. Pixel Pitch: 0,248 mm. Brilho: 250 cd/m². Contraste mínimo: 5.000.000:1 (DFC) / 1.000:1 (Estático). Tempo de resposta máximo: 5ms. Conectores: 1x Display Port, 1x HDMI, 1x VGA. Ajustes: Inclinação (-5°~+20°), Ajuste de Altura (11cm), Pivot (90°). Cabo HDMI: Deve ser acompanhado juntamente com cabo HDMI de no mínimo 2 metros.	R\$ 806,80	R\$ 12.102,00
16	Und.	4	Pedestal para microfone. Em aço, na cor preta, com mínimo de 1,45m até 2,4m, com base retrátil, regulagem de altura, contrapeso e suporte ajustável para diversos tamanhos de microfone.	R\$ 142,55	R\$ 570,20





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

17	Und.	6	Placa de vídeo. Memória de vídeo: 2GB ou superior. Clock: 650MHz ou superior. Clock de memória: 1066MHz ou superior. Saídas: 1x VGA, 1x HDMI. Resolução: 1920x1080 @60Hz. Barramento: PCI-E X16 2.0.	R\$ 286,47	R\$ 1.718,82
18	Und.	1	Tablet. Processador: Velocidade do Processador: 3.4GHz, 2.8GHz, 2GHz. Tipo de Processador: Octa Core. Tela: Tamanho (Tela Principal): 12.4" (315.0mm). Resolução (Tela Principal): 2800 x 1752 (WQXGA+). Tecnologia (Tela Principal): AMOLED Dinâmico 2X. Profundidade de Cor (Tela Principal): 16M. Câmera: Câmera Traseira - Resolução: 13.0 MP + 8.0 MP. Câmeras Traseiras - Foco Automático: Sim. Câmera Frontal - Resolução: 12.0 MP. Câmera Traseira - Flash: Sim. Resolução de Gravação de Vídeos: UHD 4K (3840 x 2160) @30fps. Armazenamento/Memória: Memória (GB): 12 GB. Armazenamento (GB): 512 GB. Armazenamento Externo Suportado: MicroSD (até 1.5TB). Conectividade: Versão de USB: USB 3.2 Gen 1. Localização: GPS, Glonass, Beidou, Galileo, QZSS. Conector de Fone de Ouvido: USB Type-C. Wi-Fi: 802.11a/b/g/n/ac/ax 2.4GHz+5GHz+6GHz, HE160, MIMO, 1024-QAM. Versão de Bluetooth: Bluetooth v5.3. Bateria: Uso de Internet Wi-Fi (Horas): até 11. Reprodução de Vídeos (Horas, Wireless): até 16. Capacidade da Bateria (mAh, Typical): 10090. Removível: Não. Especificações: Sistema Operacional: Android. 1 Caneta S Pen. Marca/Modelo de referência: Samsung Galaxy tab S10+.	R\$ 6.890,77	R\$ 6.890,77
19	M²	25	Tapete tipo capacho vulcanizado, material PVC, espessura de 12mm, para grande circulação, antiderrapante, antichamas, lavável, flexível, com personalização colorida incluída feita por processo de fusão térmica. (O presente item será adjudicado pelo valor do metro quadrado (m²). Para fins de execução contratual, deverão ser confeccionados e entregues 4 (quatro) tapetes capachos vulcanizados com personalização, nas seguintes dimensões: 1 (um) tapete com medida de 5,30 m x 4,07 m e 3 (três) tapetes com medida de 0,94 m x 1,21 m cada).	R\$ 542,17	R\$ 13.554,25



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





20	Und.	2	Televisão. Polegadas 55" em LED. Tipo de TV: Smart TV. Resolução: Ultra HD 4k (3840x2160). Quantidade de entradas USB: 2 na traseira. Quantidade de entradas HDMI: 2 na traseira. Rede: Wi-Fi integrado e 1 entrada LAN RJ45. Sistema operacional: Compatível com os principais aplicativos de videoconferência, streaming e apresentação de conteúdo (como YouTube, Google Meet, Zoom, Netflix, entre outros). Conectividade: Wi-Fi integrado; Bluetooth integrado; Espelhamento de tela (screen mirroring) compatível com dispositivos Android e iOS; Saída de áudio digital; Compatibilidade com teclado e mouse sem fio via Bluetooth ou USB. Com controle remoto. Cabo de alimentação AC. Cor preta ou cinza. Acompanhada de suporte fixo de parede compatível com a televisão.	R\$ 3.504,57	R\$ 7.009,14
----	------	---	--	--------------	--------------

3.2. O total global da licitação é de R\$ 77.349,54 (setenta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

3.3. Os itens 12, 13 e 14 (HD, iPad e lente Canon, respectivamente) deverão ser adquiridos exclusivamente das marcas indicadas nas especificações técnicas, não sendo admitidas marcas alternativas ou equivalentes.

3.3.1. A exigência de marca encontra-se devidamente justificada nos termos do art. 41, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a necessidade de compatibilidade com os equipamentos já existentes na infraestrutura da Casa Legislativa.

3.3.2. Ressalta-se, por oportuno, que a exigência de marca específica para os itens mencionados não configura restrição à competitividade do certame, tendo em vista a existência de diversos fornecedores aptos a disponibilizar os referidos produtos.

3.3.3. A compatibilidade mencionada refere-se aos seguintes aspectos técnicos e operacionais:

3.3.3.1. O HD modelo SAS especificado deve ser da marca Dell, para garantir plena compatibilidade física e lógica com o servidor Dell PowerEdge R420 atualmente em uso, bem como com os demais discos rígidos já instalados e em funcionamento.

3.3.3.2. A exigência de iPad, da marca Apple, decorre da incompatibilidade da mesa de som digital Soundcraft Si Expression com o sistema Android, sendo que o respectivo software de controle e operação encontra-se disponível exclusivamente para o sistema operacional iOS.

3.3.3.3. A lente fotográfica deverá ser da marca Canon, modelo EF 24-105mm f/4L IS II USM, em razão da necessidade de compatibilidade física e funcional com a câmera Canon já pertencente ao acervo da Casa, garantindo a perfeita integração e usabilidade do equipamento.

3.4. Com relação aos demais itens, as eventuais menções a marcas e modelos constantes neste termo têm caráter meramente referencial, com o único objetivo de facilitar a compreensão do objeto, nos termos do art. 41, inciso I, alínea 'd', da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.1. Serão aceitas quaisquer marcas e modelos equivalentes, desde que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br



4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais de consumo diversos, conforme especificações técnicas que estão detalhadas neste Termo de Referência.

4.2. Os bens adquiridos deverão ser entregues nas dependências da Casa Legislativa, sem quaisquer custos adicionais de frete, embalagem ou montagem.

4.3. Todos os itens deverão ser entregues novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, isentos de danos físicos e prontos para uso imediato, sendo vedado o fornecimento de produtos recondicionados, remanufaturados ou com prazo de validade exíguo (quando aplicável).

4.4. Os fornecedores deverão se responsabilizar pelo transporte e descarga dos equipamentos e materiais, garantindo a plena entrega dos bens.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO MODELO DE EXECUÇÃO

5.1. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.1.1. Os bens fornecidos deverão possuir garantia legal de 90 (noventa) dias, conforme previsto no art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), a contar do recebimento definitivo.

5.1.2. Além da garantia legal, deverá ser oferecida garantia contratual complementar mínima de 9 (nove) meses, ou, se for o caso, pelo prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior, contada a partir do primeiro dia útil subsequente ao término da garantia legal.

5.1.2.1. O prazo total de garantia, resultante da soma da garantia legal e da contratual, deverá ser, no mínimo, de 12 (doze) meses, assegurando a cobertura contra vícios de fabricação, funcionamento e materiais, sem ônus para a Administração.

5.1.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.1.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

5.1.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.1.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.1.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.1.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





5.1.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo CONTRATANTE.

5.1.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos, quando solicitado pela Administração.

5.1.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.1.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.1.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.2. Conformidade com normas específicas

5.2.1. Os equipamentos e materiais deverão atender aos requisitos normativos do Inmetro e normas da ABNT, quando cabível.

5.3. Entrega

5.3.1. A entrega dos bens deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da autorização de compra, na Rua Arariboia, 491, Centro, Pato Branco/PR, CEP: 85.501-262.

5.3.2. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA assegurar que os bens sejam entregues em perfeito estado, com garantia de integridade física e pleno funcionamento.

5.3.3. A CONTRATADA responderá por todas as avarias, perdas, extravios ou danos eventualmente ocorridos durante o transporte ou manuseio, devendo providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

5.3.4. Os bens deverão ser entregues montados, testados e prontos para uso imediato, inclusive com todos os acessórios, manuais e eventuais itens de instalação que integrem sua funcionalidade, quando cabível.

5.3.5. Caso a CONTRATADA opte por entregar qualquer item desmontado, deverá realizar, sem qualquer custo adicional, a montagem completa no local de entrega, em data e horário previamente agendados com a CONTRATANTE.

5.3.6. Não serão aceitos bens com avarias, defeitos, vícios aparentes ou em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, sendo obrigatória sua substituição por itens idênticos ou de qualidade superior no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação da CONTRATANTE.

5.3.7. Deverão ser fornecidos apenas bens novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, reembalados, remanufaturados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.





5.3.8. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues em dias úteis, das 12h às 19h, devendo ser descarregados e colocados em local indicado por servidor responsável.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Conforme levantado e justificado no Estudo Técnico Preliminar, o critério de julgamento das propostas para seleção do fornecedor será:

6.1.1. Por grupo de itens e por item, conforme disposto neste termo; e

6.1.2. Pelo menor preço.

7. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

7.1. Conforme levantado e justificado no Estudo Técnico Preliminar, o certame licitatório para seleção da CONTRATADA será por meio pregão eletrônico tradicional.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

9. DOS BENEFÍCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

9.1. Nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a presente contratação será de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços deverá ser apresentada de acordo aos itens constantes deste termo.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentem valores superiores aos valores máximos dispostos neste termo.

10.3. A validade mínima da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da mesma.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Habilitação jurídica

11.1.1. A habilitação jurídica se dará de acordo ao art. 66 da Lei 14.133/21, por meio de:

11.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

11.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

11.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

11.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

11.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.2.1. A habilitação fiscal, social e trabalhista se dará de acordo ao art. 68 da Lei 14.133/21, por meio de:

11.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.2.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.2.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

11.2.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos





termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.2.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.2.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.2.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.2.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.2.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3. Qualificação técnica

11.3.1. A qualificação técnica será exigida conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela necessidade de garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços.

11.3.2. Essa exigência tem o objetivo de mitigar os riscos identificados na análise de risco, especialmente aqueles relacionados a falhas na execução ou à qualidade do objeto.

11.3.3. Não será solicitada a qualificação de técnica de todos os itens da presente contratação, apenas dos itens a seguir relacionados.

11.3.3.1. Item 8 - Cadeira fixa empilhável.

11.3.3.1.1. **Lauda ou Relatório de Ensaio em nome do fabricante**, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO (RBLE - Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio), contendo todo o escopo de acreditação da NBR 13.962/2018 - móveis para escritório - cadeiras, e os resultados obtidos no ensaio do produto ofertado, em que deve possuir foto do produto testado que deverá ser o mesmo ofertado pela licitante.

11.3.3.2. Item 14 - Lente Canon.

11.3.3.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.3.3.2.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados relativos ao fornecimento de itens de áudio, vídeo ou foto.

11.3.3.3. Item 19 - Tapete capacho vulcanizado.

11.3.3.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas**





de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.3.3.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados relativos ao fornecimento de tapetes do tipo vulcanizado.

11.3.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.3.3.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.3.3.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.4. Habilitação econômico-financeira

11.4.1. Justifica-se a dispensa da habilitação econômico-financeira com base no art. 70, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação para entrega imediata dos bens, uma vez que o objeto deve ser entregue abaixo do prazo disposto no art. 6º, X, da mesma Lei

11.4.2. Essa decisão está em consonância com o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, garantindo que não sejam estabelecidas exigências desproporcionais à natureza e ao valor da contratação.

11.4.3. Ainda assim, a segurança da execução contratual será preservada por meio de outros requisitos estabelecidos neste estudo, assegurando a adequada prestação dos serviços e mitigação de riscos operacionais.

11.5. Disposições gerais sobre habilitação

11.5.1. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6. Documentação complementar para cooperativas



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





11.6.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.6.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

11.6.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

11.6.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

11.6.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

11.6.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

11.6.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

11.6.1.6.1. Ata de fundação.

11.6.1.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.

11.6.1.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

11.6.1.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias.

11.6.1.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.

11.6.1.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

11.6.1.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado após a efetiva execução do contrato, por meio de depósito em conta bancária da CONTRATADA ou pagamento de boleto de cobrança emitido pela CONTRATADA.

12.2. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias contados do recebimento definitivo.

12.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.4. A CONTRATADA deverá fazer as retenções tributárias em conformidade com a legislação e normas vigentes, especialmente a retenção do imposto de renda, nos termos do Decreto Municipal nº 9.512, de 27 de abril de 2023, ou outra normativa que o venha a substituir.





13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência do Contrato será de 6 (seis) meses, iniciando-se na data de sua publicação ou data distinta prevista no Contrato.

13.2. O instrumento de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil permitido por lei¹.

13.3. O Contrato poderá ser prorrogado, havendo interesse entre as partes e a critério da CONTRATANTE, consoante o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021².

14. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. O reajuste do Contrato se dará após decorridos 12 (doze) meses, tendo como data-base a data do orçamento estimado, de acordo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, ou outro índice que vier a substituí-lo.

14.2. O Contrato poderá ser alterado consoante o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a continuidade do Contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2. A alteração subjetiva deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

¹ Orientação Normativa AGU nº 21/2022. Disponível em: https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=901420656.

² Acórdão TCU 222/2006 - Plenário - Declaração de voto - 4. Com efeito, a identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame da atividade desenvolvida pelo particular. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita com a contratação. Disponível em:

<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d3239353736&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>.





16.1.1. Advertência.

16.1.2. Multa.

16.1.3. Impedimento de licitar ou contratar.

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

16.2.1. De caráter moratório.

16.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

16.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

16.2.2. De caráter compensatório.

16.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do Contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

16.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

16.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato.

16.4. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

16.5. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

16.6. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

16.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

16.8. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.

16.9. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.





16.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o Contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

17.2. No caso de extinção contratual ou cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ser aplicada multa de acordo ao disposto nas sanções.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Indicar 1 (um) ou mais prepostos a fim de representar a CONTRATADA em toda e qualquer comunicação junto à CONTRATANTE.

18.2. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, ou que se apresente para a prestação do serviço fora dos padrões exigidos, ou, ainda, que seja considerado tecnicamente inapto.

18.3. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto, devendo orientar seus intérpretes nesse sentido.

18.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela gestão e fiscalização contratual, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

18.5. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do contrato.

18.6. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

18.7. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

18.8. Não veicular publicidade acerca deste contrato.

18.9. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome do preposto.

18.10. Prezar pela conduta ética pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade.

18.11. Atender às solicitações e sugestões da CONTRATANTE referentes à prestação do serviço objeto da contratação, visando sempre a correção das falhas.

18.12. Atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, bem como responsabilizar-se pelo atendimento médico de seus empregados em caso de acidente de trabalho.

18.13. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual, informando à CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer alteração.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





18.14. Arcar com todos os custos diretos e indiretos, tais como: seguro, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, acidentários ou comerciais, bem como recursos humanos e materiais, equipamentos, passagens aéreas e terrestres, diárias, alimentação, transporte, fretes, hospedagem e quaisquer outras despesas estranhas ao objeto da contratação.

18.15. Apresentar as notas fiscais referentes aos serviços prestados.

18.16. Executar o objeto de forma completa e de acordo às disposições da legislação e normativas pertinentes.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Cumprir com o compromisso financeiro assumido com a CONTRATADA, respeitando as condições pactuadas.

19.2. Efetuar as retenções tributárias sobre o serviço prestado, consoante a legislação vigente.

19.3. Comunicar a CONTRATADA em caso de falhas verificadas durante a execução contratual, determinando as medidas pertinentes a serem adotadas.

19.4. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA quando da ocorrência de imperfeições e/ou deficiências na execução contratual, fixando o prazo para sua correção.

19.5. Aplicar as sanções administrativas pertinentes em caso de inadimplemento, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, bem como a proporcionalidade e a razoabilidade.

19.6. Passar as informações necessárias à CONTRATADA para a correta prestação do serviço.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO

20.1. A execução do Contrato será gerida e fiscalizada, bem como o objeto será recebido, por servidores nomeados nos termos da Portaria nº 20, de 24 de janeiro de 2025, Portaria nº 25, de 30 de janeiro de 2025, Portaria nº 28, de 3 de fevereiro de 2025, Resolução nº 6, de 24 de abril de 2023 e eventuais alterações, ou outras normativas que vierem a substituí-las, expedidas pela Câmara Municipal de Pato Branco.

21. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

21.1. As Partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

21.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu tratamento em razão do certame ou do contrato administrativo e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

21.3. É vedado o compartilhamento dos dados obtidos com terceiros fora das hipóteses permitidas em Lei.

21.4. A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

21.5. A CONTRATADA se compromete a comunicar formalmente e de imediato a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titulares de dados pessoais. Essa





comunicação deve ser feita o mais rápido possível e, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após sua descoberta.

21.6. Com o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los de forma segura, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

21.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

21.8. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

21.9. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

21.10. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

21.11. Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

21.11.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Câmara Municipal nas hipóteses previstas na LGPD.

21.12. O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

21.13. Os contratos e convênios que transfiram a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

22. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01.031.00.012.136.000 - Manter as Atividades Administrativas, Financeiras e Patrimoniais
3.3.90.30.00.00.00 - Material De Consumo
3.3.90.30.50.00.00 - Bandeiras, Flâmulas E Insígnias
3.3.90.30.26.00.00 - Material Elétrico E Eletrônico





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

01.031.00.012.136.000 - Manter As Atividades Administrativas, Financeiras e Patrimoniais
4.4.90.52.00.00.00 Equipamentos E Material Permanente
4.4.90.52.34.00.00 - Maquinas, Utensilios E Equipamentos Diversos
4.4.90.52.42.00.00 - Mobiliario Em Geral
4.4.90.52.35.00.00 - Equipamentos De Processamento De Dados
4.4.90.52.33.00.00 - Equipamentos Para Audio, Video E Foto
4.4.90.52.51.00.00 - Peças Não Incorporáveis A Imóveis



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 12A3-1BE4-B63E-949B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RONALDO ROLDÃO (CPF 050.XXX.XXX-10) em 29/09/2025 13:14:18 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SIMONE CRISTINA CASTRO (CPF 026.XXX.XXX-86) em 01/10/2025 14:24:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/12A3-1BE4-B63E-949B>